

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO PROCESSUAL**

HECTOR CAVALCANTI CHAMBERLAIN

**O INCIDENTE PROCESSUAL DE DESCONSIDERAÇÃO DA
PERSONALIDADE JURÍDICA: atualização da *disregard doctrine* na perspectiva
da responsabilidade patrimonial e reflexos no processo civil brasileiro**

**Vitória
2020**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO PROCESSUAL**

HECTOR CAVALCANTI CHAMBERLAIN

**O INCIDENTE PROCESSUAL DE DESCONSIDERAÇÃO DA
PERSONALIDADE JURÍDICA: atualização da *disregard doctrine* na perspectiva
da responsabilidade patrimonial e reflexos no processo civil brasileiro**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito Processual Civil.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Abelha Rodrigues

**Vitória
2020**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

C443i Chamberlain, Hector Cavalcanti, 1993-
O incidente processual de desconsideração da personalidade jurídica : atualização da disregard doctrine na perspectiva da responsabilidade patrimonial e reflexos no processo civil brasileiro / Hector Cavalcanti Chamberlain. - 2020.
251 f.

Orientador: Marcelo Abelha Rodrigues.
Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. processo civil. 2. incidente de desconsideração da personalidade jurídica. 3. responsabilidade patrimonial. 4. demanda. I. Rodrigues, Marcelo Abelha. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 340

HECTOR CAVALCANTI CHAMBERLAIN

**O INCIDENTE PROCESSUAL DE DESCONSIDERAÇÃO DA
PERSONALIDADE JURÍDICA: atualização da *disregard doctrine* na perspectiva
da responsabilidade patrimonial e reflexos no processo civil brasileiro**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito Processual Civil.

Aprovado em 08 de junho de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Abelha Rodrigues
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Presidente – Orientador

Prof. Dr. Trícia Navarro Xavier Cabral
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Prof. Dr. Thiago Ferreira Siqueira
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Prof. Dr. Heitor Vitor Mendonça Sica
Universidade de São Paulo – USP

AGRADECIMENTOS

Depois de um longo e árduo período de pesquisa e reflexão, recheado de incertezas e expectativas, ora pensando que estava no caminho certo, ora desconfiando da minha própria capacidade, enfim chegou, com toda leveza, o momento de apenas sentar e agradecer, deixando enfim as palavras correrem livremente.

Primeiro, agradeço e dedico o trabalho à minha família, de sangue ou afetiva, especialmente Karenina, Richard, Marise, Norma, Fátima, Vanildo, Fernanda, Paulo e Victor. Devo-lhes tudo.

À Patrícia, que, mesmo distante hoje, teve uma contribuição fundamental, não só como companheira, mas também no “campo de batalha”, como colega do mestrado; obrigado, também, à sua preciosa família (Vinicius, Maristela, Rayssa, Estéfano, Vinicinho e Layla).

Obrigado aos meus amigos de Vitória e Viçosa, que, ao serem inconscientes participantes da jornada, tornaram-na, na medida do possível, mais divertida e descontraída.

Devo agradecer todo o corpo da UFES e, particularmente, os integrantes do programa de pós-graduação de direito, do âmbito administrativo (especialmente Fernando e Adrielle), aos alunos (especialmente Filipe, pelos profícuos debates que tivemos ao longo de dois anos) e corpo docente.

Do corpo docente, registro a especial contribuição dos professores Gilberto, Tárek e Hermes. Gilberto, pela sugestão do tema e pelo apoio antes e depois do ingresso no mestrado. Hermes, pela rica contribuição nas aulas, revisitando todos os pontos fundamentais do processo. Tárek, pelos ensinamentos de norma e linguagem. Certa vez, durante um grupo de estudos, confessei-lhe minha insegurança sobre aplicar as premissas da lógica deôntica e semântica, ao que o professor, que não deve recordar, prontamente respondeu: arrisque!

Obrigado, prof. Trícia Navarro Xavier, pela imensa contribuição na banca de qualificação, chamando atenção para diversas questões que, posteriormente, seriam introduzidas na dissertação. Sua perspectiva acadêmica, aliada à experiência da magistratura, permite um olhar ímpar sobre os problemas desenvolvidos no trabalho.

Obrigado, também, prof. Thiago Siqueira, pela contribuição na banca e por aturar minhas constantes interpelações. O trabalho, se bom, simplesmente não o seria sem a sua contribuição; se ruim, certamente seria pior.

Last but not least, agradeço ao meu eterno professor Marcelo Abelha. Desde o começo, sentia-me orgulhoso e afortunado de tê-lo como orientador, pelo que representa para a sociedade capixaba enquanto um dos grandes juristas de nosso tempo. Fico feliz em dizer que minhas expectativas foram superadas pela realidade. Obrigado pela solicitude, recebendo-me paciente e repetidamente para debater o tema, sugerir ideias, levantar problemas, indicar obras e ajudar – e muito! – a estruturar o trabalho.

Devo ainda agradecer o cacoete, infelizmente raro no meio, que acabei pegando de meu orientador: o apreço pela sinceridade acadêmica (como bem sabe quem ler um livro de Abelha). Numa de minhas primeiras reuniões com o professor, coloquei para fora todas as minhas angústias acerca do tema (uma espécie de sessão de terapia acadêmica). Para minha surpresa, meu orientador encorajou-me a expô-las com transparência na dissertação, *compartilhando-as com o leitor*. Recebia então, ali mesmo, um conselho fundamental. Despejar no corpo do trabalho, sem hesitação, as perguntas que me transtornavam, fez despertar uma compreensão muito mais lúcida e menos amedrontada dos problemas – inconscientemente, dava ali o primeiro e mais importante passo da caminhada, que me permitiria, em seguida, arregaçar as mangas e enfrentá-los da melhor forma que pude.

RESUMO

O presente trabalho aborda o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, procedimento plasmado como modalidade de intervenção de terceiros no Código de Processo Civil de 2015, regulamentado pelos artigos 133 a 137. O incidente representa uma inovadora disciplina legal do procedimento de desconsideração, antes pautado pelo que diziam os tribunais. De modo geral, o termo “desconsideração da personalidade jurídica” traz à mente a aplicação de uma exceção ao princípio da autonomia subjetiva da pessoa jurídica. Os tribunais e a doutrina recorrem à desconsideração para uma diversidade de situações materiais, dos muitos setores do direito. Diante das diversas áreas pelas quais o estudo da desconsideração pode passar, optamos pela redução do objeto de estudo, a partir de uma análise da desconsideração sob a particular perspectiva da responsabilidade patrimonial. O corte introduzido no tema traz o imperativo de promover um acerto linguístico da chamada “*disregard doctrine*”, passando pelas origens da teoria da desconsideração e pelas análises jurídicas hodiernas do tema, para depois inseri-lo no contexto da responsabilidade patrimonial. Finalmente, a dissertação pretende examinar, sob a ótica processual, a desconsideração como fenômeno relacionado à responsabilidade patrimonial. No âmbito processual, pretendemos perscrutar tanto o aspecto substancial da desconsideração no processo, particularmente como pedido do credor capaz de provocar sensíveis alterações no mundo da vida, quanto o aspecto formal, eis que o legislador afetou à desconsideração um procedimento específico.

PALAVRAS-CHAVE: processo civil; incidente de desconsideração da personalidade jurídica; responsabilidade patrimonial; demanda.

ABSTRACT

The present work addresses the “disregard of legal personality’s incident”, a procedure defined as a modality of intervention by third parties in the Civil Procedure Code of 2015, regulated by articles 133 to 137. The incident represents an innovative legal discipline of the disregard procedure, previously guided by what the courts said. In general, the term “disregard of legal personality” brings to mind the application of an exception to the principle of subjective autonomy of the legal entity. Courts and doctrine resort to disregard for a variety of situations, from the many sectors of law. In view of the different flanks that the study of disregard can go through, we decided to reduce the object of study, based on an analysis of disregard under the particular perspective of patrimonial liability. The cut introduced in the theme brings the imperative to promote a linguistic correctness of the so-called “disregard doctrine”, going through the origins of the theory of disregard and the current legal analyzes of the theme, so after it can be inserted in the context of patrimonial liability. Finally, the dissertation intends to examine, from a procedural point of view, the disregard as a phenomenon related to patrimonial liability. From the procedural framework, we intend to examine both the substantial aspect of disregard in the process, particularly as a request from the creditor capable of causing significant changes in the outside world, and the formal aspect, since the legislator affected a specific procedure to the disregard.

KEYWORDS: civil procedure; disregard of legal personality’s incident; patrimonial liability; action.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
------------------	----

CAPÍTULO 1 – *DISREGARD DOCTRINE*

1.1. Origens da <i>disregard doctrine</i>	15
1.2. O conceito de desconsideração	22
1.2.1. Conceituação na doutrina brasileira	22
1.2.2. Conceituação na doutrina alemã: os dois “tipos” de desconsideração	27
1.2.2.1. Desconsideração para fins de imputação (<i>Zurechnungsdurchgriff</i>)	28
1.2.2.2. Desconsideração para fins de responsabilidade patrimonial (<i>Haftungsdurchgriff</i>)	31
1.2.3. Conceito adotado: a técnica e a norma da desconsideração	34
1.3. Efeitos da desconsideração no sistema brasileiro	40
1.4. Desconsideração patrimonial e institutos correlatos: distinções	48
1.4.1. Desconsideração x responsabilidade pessoal dos membros sociais	48
1.4.2. Desconsideração x teoria <i>ultra vires societatis</i> e teoria da aparência	50
1.4.3. Desconsideração x fraude e simulação	51
1.5. Conclusão parcial do capítulo	54

CAPÍTULO 2 – DESCONSIDERAÇÃO E RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

2.1. O direito de crédito e a responsabilidade patrimonial	57
2.1.1. Os vínculos do débito e da responsabilidade	57
2.1.2. Função da responsabilidade patrimonial na tutela executiva	59
2.2. Responsabilidade patrimonial	59
2.2.1. Norma material e instituto bifronte	59
2.2.2. Responsabilidade patrimonial primária e secundária	63
2.2.3. Responsabilidade patrimonial: fonte da legitimação passiva na execução	65
2.3. Desconsideração e responsabilidade patrimonial	66
2.3.1. Desconsideração como norma de tutela da responsabilidade patrimonial	66
2.3.2. Desconsideração e responsabilidade patrimonial secundária	68
2.4. Desconsideração x fraudes patrimoniais: retomando as distinções	72
2.5. Conclusão parcial do capítulo	77

CAPÍTULO 3 – DESCONSIDERAÇÃO E DEMANDA

3.1. Classificação do ato de postular a desconsideração (estudo a partir das noções de demanda e objeto do processo)	82
--	----

3.2. Elementos formais identificadores da demanda de desconsideração	87
3.2.1. Partes.....	88
3.2.2. Causa de pedir.....	89
3.2.3. Pedido	92
3.3. Relação entre a demanda de desconsideração e a demanda contra o devedor originário (estudo a partir das noções de conexão e prejudicialidade).....	100
3.4. “Condições da ação”: legitimidade e interesse para a demanda de desconsideração	106
3.4.1. Legitimidade ativa	107
3.4.2. Legitimidade passiva	111
3.4.3. O interesse de agir.....	111
3.5. Limites da demanda: reflexos na decisão e na coisa julgada	113
3.5.1. O “elemento episódico” da desconsideração	114
3.5.2. Limites subjetivos.....	116
3.5.3. Limites objetivos.....	117
3.6. Demanda ou processo autônomo de desconsideração	119
3.7. Conclusão parcial do capítulo.....	123

CAPÍTULO 4 – DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA COMO INCIDENTE DO PROCESSO

4.1. Contextualização: da questão incidente na execução ao procedimento incidente..	125
4.1.1. O problema da execução de terceiros estranhos ao título executivo	125
4.1.2. O paradigma da ordinaryidade	128
4.1.3. O paradigma da estabilização da demanda	131
4.1.4. O salto da questão incidente ao procedimento incidente como solução para o déficit de contraditório.....	133
4.2. “Natureza jurídica” (<i>rectius</i> : classificação dogmática) do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	138
4.2.1. Processo incidente, demanda incidente ou incidente do processo?	138
4.2.2. Repercussões do enquadramento na categoria de incidente processual	145
4.3. O incidente de desconsideração no sistema de pluralidade de partes.....	147
4.3.1. Litisconsórcio.....	149
4.3.1.1. O terceiro responsável: litisconsorte do devedor originário?.....	149
4.3.1.2. Litisconsórcio no incidente de desconsideração	152
4.3.2. Intervenção de terceiros	154
4.4. O rito do incidente de desconsideração	156
4.4.1. Dispensa do incidente de desconsideração na fase de conhecimento.....	156
4.4.2. Dispensa do incidente de desconsideração na execução	157
4.4.3. Fase postulatória	159
4.4.3.1. Os autos do incidente	163
4.4.3.2. Possibilidade de instauração do incidente nos tribunais	164

4.4.3.3. Suspensão do “processo” (<i>rectius</i> : procedimento principal) na fase de conhecimento.....	166
4.4.3.4. Suspensão do “processo” (<i>rectius</i> : procedimento principal) na execução	168
4.4.3.5. Da resposta do terceiro interveniente	170
4.4.3.6. Da amplitude da defesa no incidente instaurado na fase de conhecimento	172
4.4.3.7. Da amplitude da defesa no incidente instaurado na execução	173
4.4.3.8. Posição jurídica do devedor originário: potencial assistente simples	176
4.4.4. Fase instrutória.....	179
4.4.5. Fase decisória.....	181
4.4.6. Fase recursal	182
4.4.7. Notas conclusivas sobre o incidente instaurado na fase de conhecimento	184
4.4.7. Notas conclusivas sobre o incidente instaurado na execução	185
4.5. O tempo do incidente de desconsideração e a antecipação da tutela.....	186
4.6. Coisa julgada	189
4.6.1. Formação de coisa julgada no incidente de desconsideração	189
4.6.2. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada.....	191
4.6.3. O incidente de desconsideração e a coisa julgada sobre questão	194
4.6.3.1. Coisa julgada formada no procedimento principal	195
4.6.3.2. Coisa julgada formada no incidente de desconsideração	197
4.6.3.3. Coisa julgada sobre a relação societária e o abuso da personalidade	201
4.7. Honorários advocatícios sucumbenciais.....	203
4.7.1. Cabimento de honorários no incidente de desconsideração	203
4.7.2. Base de cálculo dos honorários advocatícios sucumbenciais	205
4.7.3. Reflexos nos honorários advocatícios devidos no procedimento principal	207
4.8. Fraude à execução	209
4.9. Embargos de terceiro	215
4.10. Fungibilidade do incidente de desconsideração	218
CONCLUSÃO	230
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	232